

SUMÁRIO

Prefácio.....	15
Introdução.....	17
PRIMEIRA PARTE	
Adequação do Princípio da Responsabilidade à Natureza das Relações entre os Estados	27
CAPÍTULO I	
Origem e Desenvolvimento da Responsabilidade do Estado na Ordem Internacional	31
1.1 Conceituação e delimitação teórica	31
1.2 A responsabilidade internacional como consequência da igualdade soberana dos Estados.....	33
1.3 A responsabilidade do Estado como princípio de Direito Internacional	36
1.3.1 Os princípios gerais como fontes de Direito.....	36
1.3.2 Os princípios gerais de Direito e as fontes de Direito Internacional	38
1.3.3 A responsabilidade do Estado seria princípio de Direito Internacional?	42
1.4 A responsabilidade originariamente designada como justificativa para legitimar guerras desenvolve-se como meio regulador de relações pacíficas	44

1.4.1 Escorço histórico dos estudos da CDI sobre responsabilidade do Estado	49
CAPÍTULO II	
O Fundamento da Responsabilidade Internacional e seus Elementos Caracterizadores	61
2.1 A teoria da culpa como fundamento da responsabilidade do Estado e sua relação com o ilícito internacional	61
2.2 A teoria do risco como substrato da responsabilidade do Estado por atos internacionalmente lícitos	65
2.3 O posicionamento adotado pela CDI no que tange à responsabilidade por atos ilícitos	67
2.4 A violação de obrigação internacional como elemento constitutivo da responsabilidade interestatal	69
2.5 Segundo elemento constitutivo da responsabilidade internacional: a atribuição do ato ilícito ao Estado	72
2.6 O dano é elemento necessário para a caracterização da responsabilidade do Estado?.....	77
2.7 Algumas considerações sobre a controversa responsabilidade criminal do Estado	80
CAPÍTULO III	
Especificidades dos Demais Institutos Inerentes à Responsabilidade do Estado.....	85
3.1 A proteção diplomática: instituto propulsor do desenvolvimento da responsabilidade do Estado.....	85
3.2 Circunstâncias que excluem a ilicitude do ato internacional	89
3.3 Consequências jurídicas do ato internacionalmente ilícito e a reparação de prejuízos	92
3.3.1 As contramedidas como resposta a ato internacionalmente ilícito.....	97
SEGUNDA PARTE	
Aplicação do Princípio da Responsabilidade do Estado pela Corte Internacional de Justiça.....	103

CAPÍTULO IV	
A Corte Internacional de Justiça	109
4.1 A Carta da ONU e o estabelecimento da Corte Internacional de Justiça.....	110
4.2 A competência da Corte Internacional de Justiça e o consentimento dos Estados à sua jurisdição	111
4.3 A composição da Corte Internacional de Justiça	113
4.4 Processo deliberativo da Corte Internacional de Justiça e a processualística de seus julgados contenciosos	116
4.4.1 A processualística dos casos contenciosos perante a Corte.....	117
CAPÍTULO V	
Caso Estreito de Corfu.....	125
CAPÍTULO VI	
Caso Pessoal Diplomático.....	135
CAPÍTULO VII	
Caso Atividades Militares e Paramilitares.....	147
CAPÍTULO VIII	
Caso Projeto Gabčíkovo-Nagymaros	159
CAPÍTULO IX	
Caso Plataformas de Petróleo.....	173
CAPÍTULO X	
Caso Aplicação da Convenção sobre Genocídio	191
Considerações Finais	215
Referências	221

ANEXOS.....	243
Anexo A – Artigos da Comissão de Direito Internacional sobre Responsabilidade dos Estados por Atos Internacionalmente Ilícitos – adotados em 2001	243
Anexo B – Relação de Juízes Participantes da Decisão do Mérito	261